



2º TERMO DE ADITAMENTO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 002/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA E A
EMPRESA MOBILE PONTO E SERVIÇOS LTDA.

DAS CONTRATANTES

O **MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Ulisses Guimarães, Bairro José Inácio, Inaciolândia-GO CNPJ. nº 26.923.755/0001-51 neste ato representado pelo prefeito municipal o Sr. **CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 704.557.246-87, RG nº MG4676770 PCEMG/MG, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, Qd. 3, Lt 18, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CONTRATANTE** e de outro a empresa **MOBILE PONTO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida sito à Av. Bernardo Sayão QD-27 LT-03 nº 333 – Setor Centro Oeste na cidade de Goiânia-GO, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.605/0001-76, representado pelo Proprietário Sr. **RHULIO CESAR DAVID DO CARMO**, brasileiro, empresário, inscrito Na Identidade nº 5112664 SPTC/GO e CPF nº 042.678.351-44, residente e domiciliado na cidade de Trindade-GO, denominado **CONTRATADA**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2022**, concernente ao processo administrativo nº. 2022000057.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Handwritten signature

Handwritten signature



Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº.8.666/93, de 21 de junho de 1993, “Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de valor e adequação de dotação ao contrato de prestação de serviços nº 002/2022.

Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;

3.1. O valor a ser aditivado ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2022 é de **RS 3.000,00 (três mil reais)**, por 12 meses de serviços prestados.

3.2. Valor estimado mensal a ser pago para a prestação de serviços será de **RS 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

3.3. O valor total estimado do contato passa a ser de **RS 3.000,00 (três mil reais)** que serão pagos pelas rubricas orçamentarias abaixo:

Dotação:

02.0203.04.122.0582.2200 – 339040 – 100

Rhilo G



Cláusula Quarta – Da Vigência;

4.1. O presente termo tem como objeto a prorrogação no prazo de execução do presente contrato por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único: Novo prazo de vigência até 31/12/2023.

Clausula Quinta - Da Inalterabilidade

5.1. Ficam inalteradas todas as demais cláusulas dos referidos contratos, mantendo as mesmas condições do contrato original e seus aditivos até hoje.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, assinando as partes juntamente com duas testemunhas idôneas e capazes escolhida para este fim.

Inaciolândia, (GO), aos 22 dias do mês de dezembro de 2022.

CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA
Prefeito Municipal
Contratante

MOBILE PONTO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ nº 40.432.605/0001-76
Contratada

Testemunhas:

1º: Renes Carvalho de Souza

2º: Reginaldo David

CPF: 03035032166

CPF: 612090311-91



JUSTIFICATIVA


Este primeiro termo de aditivo ao Contrato nº 002/2022 decorre:

- a) Da continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;
- b) Da necessidade da Contratação de empresa para prestação de serviços por aplicativo de controle de ponto de colaboradores via telefone, mobilidade digital via GPS, para atender as necessidades do Recursos Humanos, tudo conforme termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, objeto do Contrato Primitivo ser contínua, interrompê-lo pode causar prejuízo para a Administração Pública e aos Municípios;
- c) Do interesse público da necessidade administrativa e da vantagem para Administração Pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato original, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o inciso II, § 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 8.666/1993 dispõe esse mandamento que os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção da conclusão dos serviços. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2023.

Inaciolândia, aos 22 dias do mês de dezembro de 2022.


CLAUDIO HENRIQUE CAIETA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE